

23 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

# 2ª Vara Cível é instalada em Cambé

Levantamento do Tribunal de Justiça aponta que a Comarca da cidade está entre as três com maior número de processos por juiz

## AGILIDADE Reivindicação antiga, 2ª Vara Cível é instalada em Cambé

**Aline Vilalva**  
*Reportagem Local*

**Cambé** - Um acervo de 21 mil processos e apenas uma Vara Cível. Está era a realidade da Comarca de Cambé até ontem, quando foi instalada a 2ª Vara naquele município, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto. A unidade começa a funcionar hoje.

Conforme Kfouri Neto, a nova Vara será totalmente eletrônica, por meio do sistema Projudi (Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná). "Tudo acontece pelo computador: o advogado peticiona e recebe resposta por e-mail e o juiz despacha também pela internet", explicou o desembargador, afirmando que esse método resulta em agilidade no serviço judiciário.

"Recentemente tivemos um colega de Umuarama (Noroeste) que julgou uma ação em oito dias. Se fosse no papel, esse prazo não seria suficiente nem para a citação", comparou.

O desembargador disse ainda, que um levantamento

realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná apontou que Cambé está entre as três Comarcas com o maior número de processos por juiz.

De acordo com a juíza Jessica Valéria Catabriga Garnier, diretora do Fórum de Cambé, a reivindicação é antiga e luta começou em 2003. "Vinte e um mil processos é algo desumano, muito moroso e não há como se fazer justiça desse jeito", comentou ela, que está no Fórum desde 2009. "Esta inauguração é um acontecimento para a cidade, que ganha mais agilidade nos processos", completou.

A unidade está em processo de realocação de funcionários, mas de início já terá dois disponíveis e, posteriormente, mais seis. Conforme Kfouri, a jurisdição contará com mais um juiz de direito, um promotor e, no mínimo, mais dez servidores - que já foram aprovados em concurso público.

Com vistas a melhorar o primeiro grau de jurisdição, na atual gestão foram contratados cerca de 1,5 mil servidores. Além disso, foram criadas 102 vagas de juiz, sendo que só para Londrina foram destinados 12.

### Ampliação do Fórum

Durante a cerimônia de inauguração da 2ª Vara Cível,

o desembargador Kfouri lançou a pedra fundamental no terreno que abrigará o novo prédio do Fórum, onde funcionava a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). A obra, com mais de 3 mil metros quadrados, é estimada em torno de R\$ 9 milhões e deverá ser iniciada em agosto, com previsão de término para 2014.

23 MAI 2012

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO



*Cerimônia foi presidida pelo desembargador Miguel Kfoury Neto, presidente do TJ-PR*

# FOLHA DE LONDRINA

## Violência contra crianças

**6** *Não se pode permitir que esse tipo de violência permaneça cercado por uma barreira de silêncio e nem tratar o problema como uma forma de subir a audiência*

23 MAI 2012

**A**té há alguns anos, o abuso sexual de crianças era um tema tabu na sociedade, tratado como proibido já que grande parte desses maus-tratos acontecem dentro de casa, onde, teoricamente, os filhos, netos e sobrinhos deveriam permanecer protegidos. Porém, a forma de abordagem desse problema vem mudando graças, principalmente, a ação de feministas, psicólogos, pedagogos e autoridades da área de segurança. Denunciar, amparar as vítimas e punir os agressores têm que ser prioridade.

Esse alerta se faz necessário diante dos resultados de uma pesquisa divulgada ontem pelo Ministério da Saúde (MS) dando conta que o abuso sexual é o segundo tipo de violência mais praticado contra crianças de zero a 14 anos. Segundo o estudo, que a Folha de Londrina detalha na edição de hoje, das 14.625 notificações de violência contra crianças e jovens, 35% são denúncias de abuso sexual. Os números pesquisados são do

sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (Viva), do próprio Ministério, com base em 2011.

A violência sexual ficou em terceiro lugar na faixa etária dos 15 aos 19 anos. Como já apontou outras pesquisas sobre o tema, a maior parte das agressões contra crianças acontece na casa onde

elas moram, comprovando que a maioria dos agressores é pais ou familiares.

Além das consequências físicas, os jovens que sofrem violência sexual podem ter problemas, no futuro, com a sexualidade, dificuldade em estabelecer relações duradouras, problemas de autoconfiança e perda da confiança nos adultos, entre outros traumas psicológicos.

O abuso sexual deve ser denunciado com seriedade e não de forma "espetacular", como fazem alguns programas de televisão. Não se pode permitir que esse tipo de violência permaneça cercado por uma barreira de silêncio e nem tratar o problema como uma forma de subir a audiência.

23 MAI 2012

# FOLHA DE LONDRINA

# Abuso sexual é o 2º maior tipo de violência contra crianças

## Casos de negligência ou abandono são os mais frequentes

Rubens Chueire Jr.  
Equipe da Folha

**Curitiba** - Um levantamento divulgado ontem pelo Ministério da Saúde aponta que a violência sexual é o segundo maior tipo de violência cometida contra crianças de 0 a 9 anos no Brasil. O abuso sexual representa 35% do total de notificações referente a esta faixa etária. As denúncias de negligência ou abandono somam 36% do total, e 29% são referentes a outros tipos de violência. A conclusão foi baseada na análise de 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões que chegaram ao Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) em 2011.

Na faixa etária de 10 a 14 anos, 3,3% das notificações são referentes à violência física; 10,5% são de abuso sexual; 13,3% são denúncias de violência psicológica; e 72,9% correspondem a outros tipos de agressões.

Já nos casos envolvendo adolescentes - entre 15 e 19 anos -, a violência física responde por 28,3% das notificações que chegam ao Viva, 5,2% são referentes a casos

de violência sexual; 7,6% são de violência psicológica, e 58,9%, de outras formas de agressão.

O Paraná responde por 16,5% de todas as notificações registradas no Viva em 2011 (2.418). Deste total, a maioria (37,5%) são de agressões registradas contra crianças de 0 a 9 anos, com 908 notificações. Outros 36,3% são de violência sofrida por adolescentes de 15 a 19 anos, e 26,2% na faixa etária entre 10 e 14 anos. Dos números estaduais, 26,4% (640) são especificamente sobre abuso sexual sofrido por vítimas de todas as faixas etárias pesquisadas.

Com relação às vítimas com idade entre 0 e 9 anos, a quantidade de casos notificados ficou em 212 (33,2%). Dos 10 aos 14 anos, foram notificados 250 casos (39%) e, de 15 a 19 anos, o total de casos foi de 178 (27,8%). As demais formas de agressão notificadas pelo Paraná não foram detalhadas pelo MS.

Os números do Viva, que foi implantado em 2006, são coletados por meio da Ficha de Notificação/Investigação individual de violência doméstica, sexual e/ou outras violências,

e é registrada pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Qualquer caso, suspeito ou confirmado, deve ser notificado pelos profissionais de saúde de todo o Brasil.

“Estamos falando de um problema de saúde pública, então todas as notificações são essenciais para o desenvolvimento de políticas preventivas e de programas de combate à violência contra crianças”, destacou Marta Silva, coordenadora da área técnica de Vigilância e Prevenção de Violência e Acidentes do Ministério da Saúde.

Ela destaca que a quantidade de notificações vem crescendo no Brasil, assim como também no Paraná. Entretanto, aponta Marta, isto não quer dizer que cresceu o número de vítimas, mas que os profissionais de saúde estão mais bem preparados para repassar informações sobre os casos. Ela ressaltou ainda que uma mesma criança pode ter sofrido mais de um tipo de violência, o que faz com que algumas notificações sejam referentes a uma mesma vítima, que sofreu mais de uma agressão, seja física, psicológica ou sexual.

# 23 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### VIOLÊNCIA

##### Casos contra crianças e adolescentes

###### MAIORES VIOLÊNCIAS

###### ➤ Negligência ou abandono (anos)

0 a 9	36,0
10 a 14	13,3
15 a 19	28,3

###### ➤ Violência sexual

0 a 9	35,0
10 a 14	10,5
15 a 19	5,2

###### REGISTROS DE VIOLÊNCIA

Em menores de 1 ano de idade	22
Crianças de 1 a 9 anos de idade	77

**4.625**

notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de 10 anos

**7,6%**

dos jovens de 15 a 19 anos sofrem violência psicológica

**64,5%**

das agressões ocorreram na residência da criança

Obs.: Dados preliminares / 2011 (%)

23 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### *Pastor é preso por suspeita de abuso*

**Curitiba** - Um pastor evangélico suspeito de abusar sexualmente de crianças no interior de São Paulo foi preso ontem em Curitiba. Procurado desde 2007, o homem de 69 anos responde a inquéritos e processos na cidade de Itaberá por atentado violento ao pudor. O suspeito é chileno naturalizado brasileiro e estava morando na capital paranaense desde 2008.

A operação foi comandada pelo Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) em conjunto com policiais da Divisão de Capturas do Estado de São Paulo. De acordo com o delegado-titular do Cope, Alexandre Macorin, a polícia recebeu a informação dos policiais paulistas de que o suspeito morava no bairro Cajuru, na capital, mas ele foi localizado no Santa Cândida, para onde havia se mudado no último domingo.

"Ainda temos que interrogá-lo para averiguar se existem outras vítimas, não podemos confirmar. Entretanto, como ele realizava mudanças rotineiras, pode ser que ele tenha cometido mais crimes", informou Macorin. Antes de Curitiba, o suspeito havia passado por cidades do Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Goiás.

A princípio duas vítimas no interior de São Paulo foram confirmadas. Uma terceira ainda será ouvida, conforme informações da polícia paulista. Como o inquérito

corre em segredo de Justiça, não foi divulgada a maneira como o suspeito abordava as crianças.

"Temos que aguardar para ver se surgem novas vítimas. Então qualquer denúncia pode ser encaminhada para o Cope. Torcemos para que não haja novas vítimas, mas no caso de pedófilos é comum ocorrer reincidência do crime", reforçou o delegado Macorin.

Segundo o investigador da Polícia Civil de São Paulo, Marcelo Rosa Pinto, que acompanhou o caso, o suspeito estava na capital fazendo pequenos trabalhos e não atuaria mais como pastor. "Estávamos procurando o suspeito há muito tempo e, graças ao trabalho conjunto, conseguimos localizá-lo e agora ele está à disposição da Justiça", disse.

O suspeito foi levado para a carceragem do Cope, em Curitiba, mas deve ser transferido nos próximos dias para São Paulo. Ontem, durante sua apresentação, ele alegou ser inocente.



23 MAI 2012  
FOLHA DE LONDRINA

## Oficial da PM é suspeito de pedofilia

Rubens Chueire Jr.  
Equipe da Folha

**Curitiba** - O comando do 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, em Curitiba, abriu um inquérito policial-militar para apurar a denúncia de que um tenente teria usado computadores da corporação para acessar sites de pedofilia. O nome do suspeito não foi divulgado.

Segundo informações do comando, ele era investigado há 15 dias, após ter sido denunciado por colegas de trabalho. A apuração do caso conta com a participação da Polícia Federal (PF).

A desconfiança começou porque o oficial costumava usar os computadores do quartel por longos períodos após o expediente. Para tentar confirmar a suspeita, policiais do Batalhão fizeram uma verificação em uma máquina usada pouco antes pelo tenente e constataram que o equipamento teria sido usado para acessar sites com fotos de crianças em atos obscenos.

Além de usar os computadores do 13º BPM, no bairro Novo Mundo, ele também acessaria os sites em equipa-

mentos de uma das companhias do Batalhão, no bairro Sítio Cercado. Os equipamentos são alvo de investigação pela Polícia Federal. O objetivo é saber se o oficial apenas acessava pornografia infantil ou se usava as máquinas para atualizar os sites.

“Estávamos esperando alguma oportunidade de flagrante, mas devido à gravidade da denúncia recolhemos os computadores e os encaminhamos para perícia na Polícia Federal. Vamos aguardar o resultado destas investigações antes de adiantar qualquer informação adicional. Queremos ter um embasamento mais técnico, para que a denúncia não se enfraqueça mais tarde”, declarou o coronel Ademar Cunha Sobrinho, chefe do 1º Comando Regional da PM.

O tenente está afastado do trabalho há oito dias. Ele apresentou atestado médico alegando problemas psicológicos no mesmo dia em que os computadores foram encaminhados à PF. Caso sejam comprovadas as suspeitas, o tenente poderá ser expulso da corporação, além de responder processo como cidadão comum.

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

23 MAI 2012

## Vivendo da aposentadoria

O ex-deputado estadual e ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati, perto de completar 70 anos de idade e com os bens bloqueados em razão de diversas ações de improbidade, estaria com o orçamento apertado. Segundo o advogado Antonio Carlos Vianna, a única renda de Belinati é uma aposentadoria de R\$ 3,5 mil. Vianna concede entrevista à FOLHA, na edição de hoje, para explicar sobre o recurso que vai apresentar ao Tribunal de Justiça contra a condenação proferida pela Vara da Fazenda Pública.

## CLÁUDIO HUMBERTO

### Advogados de mensaleiros sugerem rito ao STF

Advogados de réus do mensalão subscreveram uma petição, entregue ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, com sugestões para o julgamento do caso, como limitar a apenas a três, por sessão, as sustentações orais da defesa, a fim de não tornar o julgamento enfadonho para os ministros. Também pediram que as sessões não prejudiquem o funcionamento normal do STF, que às terças, por exemplo, julga pedidos de habeas corpus de réus presos.

### Eles assinaram

Assinaram a petição advogados como Márcio Thomaz Bastos, José Carlos Dias, Arnaldo Malheiros e Antonio Carlos de Almeida Castro.

### Estes também

O STF informou que as sugestões e os pedidos dos advogados serão analisados pelo relator do processo, ministro Joaquim Barbosa.

### Pedido ao STF

Os advogados dos mensaleiros que moram fora de Brasília querem ser informados de sessões de julgamento com antecedência de trinta dias.

## Judiciário

## OPINIÃO DO LEITOR

Muito se fala sem saber, sobretudo dos valores de aposentadoria dos magistrados. A realidade mostra que ganham muito, mais muito menos do que alardeiam os críticos que desconhecem o assunto.

WALTER LEMOS FILHO (consultor motivacional) - Florianópolis (SC)



23 MAI 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### TJRN vai analisar aplicação de medidas cautelares no lugar da prisão preventiva

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) terá que apreciar a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal (CPP), em substituição à prisão preventiva de acusado de peculato, fraude em licitação e formação de quadrilha. O entendimento é da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu parcialmente habeas corpus em favor do acusado.

Seguindo o voto do relator, desembargador convocado Adilson Macabu, a Turma concluiu que, no sistema penal brasileiro, a custódia cautelar constitui exceção, por afetar o direito de ir e vir, "sendo impossível admitir a execução antecipada da pena".

Por essa razão, segundo Macabu, "a situação prisional, a princípio, merece ser reavaliada, em atendimento aos ditames legais da sistemática das novas medidas acautelatórias introduzidas pela Lei 12.403/11, mais benéfica, a ser aplicada retroativamente, incidindo nos processos em curso, segundo

os princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade".

O acusado teve sua prisão temporária decretada, pelo prazo de cinco dias, por suposta prática do delito capitulado no artigo 1º, incisos I e III, alínea I, da Lei 7.960/89. Porém, o TJRN converteu a prisão em preventiva por entender que ele foi o único investigado que não chegou a ser preso, pois fugiu.

Inconformada com a decisão, a defesa recorreu ao STJ sustentando que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente de ausência de fundamentação idônea e falta de justa causa para a decretação de sua custódia cautelar. Alegou, ainda, que a prisão preventiva foi decretada com base em meras conjecturas e abstrações, sem nenhuma vinculação com os elementos concretos extraídos dos autos.

Além disso, segundo a defesa, as condições pessoais do paciente evidenciam que sua liberdade não provocaria repercussão ou abalo à ordem pública, nem à conveniência

da instrução processual, sendo a prisão desnecessária.

Por fim, argumentou que o réu não fugiu de seu domicílio, mas apenas não residia mais no endereço constante no mandado de prisão e se encontrava em viagem de trabalho, fora do estado, razão pela qual não foi localizado no endereço comercial.

Em seu voto, o relator destacou que, para decretar a prisão preventiva do paciente, o juízo de primeiro grau seguiu precedente da Quinta Turma, que entende necessária a custódia cautelar em casos como o dos autos, uma vez que "a simples evasão do distrito da culpa é motivo suficiente para a decretação da prisão preventiva, de modo a assegurar a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal".

Contudo, segundo o desembargador Macabu, pode ser verificado no processo que o paciente tem moradia fixa em São Paulo, local onde está situada sua empresa, o que afasta a alegada fuga do distrito da culpa.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Membro do  
MP-PR integra  
lista tríplice  
para ministro  
do STJ

23 MAI 2012

O procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, Sérgio Luiz Kukina, foi um dos escolhidos pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça para compor a lista tríplice para a escolha do novo ministro da Corte. Também foram escolhidos para compor a lista os procuradores de Justiça Sammy Barbosa Lopes, do Acre, e José Eduardo Sabo Paes, do Distrito Federal.

Na eleição, que se deu na manhã da última segunda-feira (21), os ministros do STJ escolheram os três nomes entre uma lista de 51 candidatos, que pretendiam concorrer à vaga aberta com a aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido. Agora, a relação será encaminhada à presidente Dilma, que indicará o novo ministro, a ser, então, submetido à sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal e, posteriormente, ao referendo do plenário.

Representante do MP-PR – Sérgio Luiz Kukina, 52 anos, natural de Curitiba, é integrante do MP-PR desde 1984. Durante a carreira, atuou nas comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Pitanga, Guarapuava, Foz do Iguaçu e Curitiba. Chefia a Coordenadoria de Recursos Cíveis do MP-PR.

É professor de Direito Processual Civil e Direito da Infância e Adolescência na Fundação Escola do Ministério Público, Escola da Magistratura do Paraná e Curso Preparatório Professor Luiz Carlos. É mestre em Direito, pela PUC-PR, e especialista em Ciências Penais, pela UFPR, e em Instituições de Direito Contemporâneo, pela PUC-PR.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INSTITUCIONAL

23 MAI 2012

## Corrupção entre particulares vira crime em novo Código

Proposta do novo Código Penal incorpora tratados e criminaliza atos contra direitos humanos

**A** comissão de reforma do Código Penal decidiu trazer ao texto do anteprojeto que será entregue ao Senado diversas condutas previstas em tratados internacionais sobre os direitos humanos. Genocídio, tortura, extermínio e escravidão foram alguns dos pontos abordados pelos juristas na reunião que ocorreu nesta segunda-feira (21). Antes, os juristas já haviam tipificado a corrupção no setor privado e os crimes cibernéticos.

O título do novo CP sobre os crimes contra os direitos humanos trará um capítulo sobre os crimes contra a humanidade. Atualmente, a maioria dessas condutas está prevista no Estatuto de Roma, tratado do qual o Brasil é signatário e que instituiu o Tribunal Penal Internacional. Conforme o relator da comissão, procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves, o objetivo é recepcionar essas condutas na legislação brasileira. Caso contrário, ocorrendo qualquer uma delas, o Brasil ficaria sujeito a julgamento em um tribunal internacional.

Conforme a proposta, "são crimes contra a humanidade os pra-

ticados no contexto de ataque sistemático, dirigido contra população civil, num ambiente de hostilidade ou de conflito generalizado, que corresponda a uma política de Estado ou de uma organização, tipificados neste capítulo" – dos crimes contra a humanidade, entre eles o genocídio, a tortura, o extermínio e a escravidão.

### GENOCÍDIO

O texto que define o crime de genocídio adequa a legislação a eventos desse tipo que aconteceram depois de 1958, como em Ruanda e na Iugoslávia, e que tiveram características peculiares. Pela proposta aprovada, caracteriza genocídio praticar determinadas condutas "com o propósito de destruir, total ou parcialmente, um grupo, em razão de sua nacionalidade, idade, idioma, origem étnica, racial, nativa ou social, deficiência, identidade de gênero ou orientação sexual, opinião política ou religiosa".

Entre as condutas capazes de caracterizar o genocídio estão matar alguém; ofender a integridade física ou mental de alguém; realizar qualquer ato com o fim de impedir

ou dificultar um ou mais nascimentos no seio de determinado grupo; submeter alguém à condição de vida desumana ou precária; transferir, compulsoriamente, criança ou adolescente do grupo ao qual pertence para outro.

A pena prevista para o crime de genocídio é de 20 a 30 anos, sem prejuízo das penas dos tipos penais comuns. E a proposta vai além: na mesma pena incide quem defende publicamente a prática de genocídio.

23 MAI 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# OAB não tem limites para executar inadimplentes

Os conselhos profissionais são vetados de executar judicialmente pessoas inadimplentes com dívidas inferiores a quatro vezes o valor cobrado anualmente de seus associados. A Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais, porém, têm o direito de cobrar tais dívidas de advogados inadimplentes. Motivo: a entidade não se enquadra como conselho profissional.

A questão foi decidida pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em uma apelação da OAB-MS contra uma sentença que havia extinguido execução da entidade contra uma advogada

inadimplente por causa da quantia cobrada.

O relator do caso no TRF-3, desembargador Carlos Muta, cita no acórdão jurisprudência que nega a possibilidade de a OAB ser tida como “congênera dos demais órgãos de fiscalização profissional”, por não estar voltada exclusivamente para questões corporativas.

O acórdão cita, além de decisões do STJ, decisões do próprio TRF-3, relativos à cobrança das anuidades da entidade classificada como “entidade corporativa sui generis, autônoma e independente”. Em tais

decisões, é considerado que as contribuições não se apresentam como tributos e, por isso, “não se sujeitam aos limites erigidos pela norma constitucional que disciplinam o regime jurídico tributário”.

Seguindo esta linha de pensamento, os desembargadores decidiram que não é possível aplicar as restrições da Lei 12.514/2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral. Assim, a execução judicial de advogados inadimplentes pode ser feita, mesmo que a quantia devida não seja superior a quatro vezes o valor da anuidade.

# GAZETA DO POVO

» TRANSPARÊNCIA

## STF decide divulgar salários de servidores

23 MAI 2012

Após o governo federal ter anunciado que irá divulgar o nome e o salário de todos os servidores da União, ontem foi a vez do Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que adotará a mesma medida para seus funcionários. A publicação da remuneração dos servidores foi decidida pelo STF para que a Lei de Acesso à Informação Pública, em vigência desde a semana passada, seja cumprida. O Supremo irá publicar o nome, o salário e os demais benefícios de todos os seus funcionários — incluindo ministros e ex-ministros.

A medida deve servir de exemplo para que outros tribunais e órgãos públicos, hoje reticentes em publicar nomes e salários de funcionários, venham a ampliar a transparência. Um argumento muito usado para negar o acesso da população a esses dados é que isso representaria uma invasão da privacidade do servidor. E que a Justiça poderia punir os governantes e dirigentes públicos que venham a adotar a prática. Como o STF é a corte que julga questionamentos desse tipo em última instância, a decisão de ontem indica que os ministros entendem que a publicação de salários é constitucional.

Os ministros do STF discutiram o assunto na noite de ontem, durante sessão administrativa extraordinária, realizada no gabinete do presidente do tribunal, Ayres Britto.

A divulgação de nomes e dos respectivos salários de servidores foi decidida por unanimidade.

Mas houve uma proposta inicial do ministro Ricardo Lewandowski de divulgar apenas a matrícula dos servidores, para evitar problemas de segurança. De acordo com essa proposta, o tribunal divulgaria, de forma ampla, a matrícula do servidor, o local onde está lotado, salário e demais benefícios. Se alguém quisesse saber o nome dos funcionários, poderia requisitar individualmente o pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que teria o pleito automaticamente aprovado.

A ideia chegou a ser aprovada por Celso de Mello, por entender que ela não feria o que chamou de espírito da Lei de Acesso à Informação. Os demais ministros entenderam, no entanto, que em decisão liminar de 2009, o tribunal chegou a validar ato da prefeitura de São Paulo, que divulgou na internet sua folha de pagamento, com o nome dos servidores, e poderia soar contraditório adotar uma postura interna mais restritiva.

## 2009

foi o ano em que o STF decidiu que a divulgação na internet dos nomes e salários dos servidores da prefeitura de São Paulo era constitucional.

23 MAI 2012

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### Polêmica

**C**ausou polêmica ontem na CCJ da Assembleia Legislativa do Paraná um projeto do Tribunal de Justiça (TJ) que garante R\$ 3 mil anuais aos magistrados para “reembolso financeiro para aquisição de livros, softwares e materiais jurídicos”. Diante do argumento de alguns deputados de que seria inconstitucional que dinheiro público bancasse a compra de bens que serão de propriedade dos magistrados, a votação foi adiada. Já uma proposta que prevê a contratação de 220 cargos em comissão para o TJ foi aprovada.

# GAZETA DO POVO

PATRICIA PECK PINHEIRO  
**Propriedade e  
privacidade**

23 MAI 2012

**T**odo indivíduo deve ter direito a proteção de suas propriedades e de sua privacidade. O grande paradigma está no modelo de negócios estabelecido, visto que a informação virou não apenas a riqueza do século 21 como também a moeda de pagamento. Podemos comprar coisas, trocar, usar serviços gratuitos, tudo isso pagando com informação. Mas qual o limite? Cabe ao Estado delimitar as regras para evitar abusos. No entanto, será que ele é capaz de garantir seu cumprimento, que depende de infraestrutura e recursos de terceiros, que são entes privados?

Em princípio, já há proteções legais para a privacidade. No entanto, na prática, não há nenhuma regra jurídica que imponha um limite máximo de tempo que uma empresa possa usar os dados de uma pessoa. Tampouco que determine quais são as formas legítimas de obtê-lo ou que amarre em propósito de uso. Logo, se você se cadastrar em um serviço, vai gerar dois tipos de informação: a cadastral e a comportamental (de uso do serviço). As máquinas registram tudo. Seja a escolha de alimentos em um supermercado amarrado a um CPF, seja as suas opiniões nas redes sociais.

O que pode ser feito com esses dados? As empresas têm alterado as políticas de privacidade para garantir maior propriedade dos dados. Entretanto, como medir se isso está sendo justo e proporcional? Se a informação está pública, teve coleta legítima e o uso está dentro de um propósito razoável? Você teria sempre o direito de pedir para parar de lhe contatar por este canal. Um usuário tem o direito de não querer passar seus dados, bem como de não querer que a empresa use sua informação. Se o usuário não concorda com os termos e políticas, ele não consegue seguir adiante. E se concordar com tudo e ceder seus dados, eles continuarão com a empresa para sempre, para qualquer propósito.

O assunto do momento das empresas da era digital é o *big data*. Ou seja, como gerar negócios com o grande banco de dados global que se tornou a web. Quanto maior o potencial, maior o valor da própria empresa.

Por isso, qualquer lei sobre privacidade, para ser eficaz, tem de ser reflexo do modelo socioeconômico estabelecido. Se há discussões éticas sobre o modelo, devemos revê-lo antes de aplicar uma lei mais rígida, que possa ter dois efeitos: a) não ser cumprida — dificuldade de impor a mesma, inclusive para empresas fora do ordenamento jurídico de origem dos dados — e b) gerar como retaliação o apagão digital de protesto — as empresas retirarem os serviços do ar, o que lhes é de direito, visto que não terá mais como o mesmo se pagar, pois não poderão usar os dados.

Há necessidade de se delimitar algumas regras de conduta, que podem ocorrer até com autorregulamentação, e de transparência por parte das empresas, para que fique claro que dados serão usados, como e por quanto tempo. Afinal, você está disposto a abrir mão de usar os serviços gratuitos, as redes sociais em troca dos seus dados? Com certeza gostaria de sentir que tem controle sobre eles, que o Direito lhe protege contra abusos, por mais que você mesmo tenha, de livre e espontânea vontade, fornecido sua informação a um terceiro. Ganhará o mercado quem liderar a proteção da privacidade sustentável, com transparência. Qualquer outro formato, seja para um extremo do “libera geral”, ou do “protege a pessoa dela mesma”, está fadado ao fracasso. Ate lá, leia antes clicar no “OK”.

Patrícia Peck Pinheiro, advogada, é especialista em Direito Digital.



# GAZETA DO POVO

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO 23 MAI 2012

## Entre a liberdade e o paternalismo

**MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO**, professora titular da PUC-PR, professora associada da UFPR, procuradora do Estado do Paraná e advogada.

**V**ivenciamos a dificuldade de se querer ensinar quando se percebe que o outro, destinatário da aprendizagem, não está disposto a aprender. Na graduação, talvez porque sejam alunos muito jovens e não estejam com a sua capacidade de atenção consolidada e disposição para preparar o futuro. Na pós-graduação, imaginamos que a entrada no mercado do trabalho lhes toma um tempo que não podem dispor ao aprendizado. Difícil é justificar o evidente desinteresse dos profissionais já com suas carreiras consolidadas em participar de iniciativas de formação, ou ainda de complementação, ou até substituição dos conceitos que trazem de suas formações específicas e experiência.

Como exceção, há os que se interessam, aqueles que, ao sentir que determinado caminho do conhecimento está consolidado em sua formação, buscam novas opções e paradigmas instigadores ou mais eficientes. Contribuem para a formação de novos conhecimentos, organizam eventos, buscam contato na experiência de outros, inclusive oriundos de outras escolas de pensamento. E, quase que por instinto, passam adiante o que lhes parece tão rico.

Na prática profissional do advogado, por outro lado, ou do juiz, ou do promotor, do procurador, compreendemos que a experiência acadêmica se reproduz. A área de conforto é um desestímulo à busca de novas alternativas argumentativas ou valorativas. Sair dela tem um custo que pode assustar. Para além deste quadro, há o problema do excesso de autoconfiança e a perda dos valores da hierarquia de coordenação.

Na graduação, há um certo número de estudantes que, fruto da febre de informação (que nem sempre repercute em conhecimento adquirido) concluem que têm pouco a aprender e já se julgam prontos a se autoavaliar com certa complacência presunçosa. Assumem uma postura de igualdade com o mais experiente ou com aquele que titula mais informação, sem lembrar que a humildade é o caminho aberto essencial para que o conhecimento trafegue até as mentes – sempre incompletas e passíveis de aperfeiçoamento.

No profissional, de forma semelhante, são os agentes que se apegam a sua própria carga de conhecimento como se fosse uma fita isolante que protege e impede os choques que os pensamentos mais investigativos podem produzir. Daí os simpósios vazios ou que somente parecem cheios nas inscrições e na hora de assinar a lista de presença. Quem sabe se possa admitir que há quem não queira saber e assumo o risco do não querer saber.

Temos o direito de mudar essa decisão? A tutela paternalista pode buscar afastar este pensamento, assim como o Direito às vezes impõe condutas de forma paternalista. Porém, a tutela paternalista pode ser vista como indesejável por representar um obstáculo ao livre-arbítrio. Ou como desejável, numa compreensão de que o livre-arbítrio de alguns seja distorcido e deva ser sublimado.

Neste impasse entre a indignação e a vontade de mudar, a constatação da sociedade contemporânea a seus novos valores, o livre-arbítrio e o paternalismo, o Direito pode esboçar um modelo.

Pensem, apenas pelo gosto de transigir o lugar comum da ciência, que talvez, apenas talvez, nossa ânsia de ensinar ou transmitir possa ser voltada apenas a meia-dúzia que se sente em condições de admitir que há caminhos a serem trilhados, sempre. Ou, que talvez, apenas talvez, o Direito seja pensado como mecanismo de redução de custos e maximização da eficiência e não como fonte de políticas paternalista, porém insustentáveis.

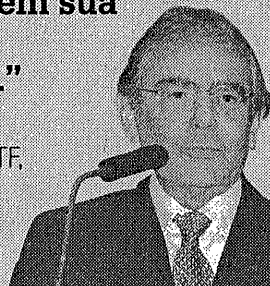
# 23 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

**Pinga-fogo**

**"O ministro Ricardo Lewandowski está sendo respeitado em sua consciência e na sua autonomia de vontade."**

Carlos Ayres Brito, presidente do STF, sobre o prazo para que o revisor do caso do mensalão apresente seu parecer.



23 MAI 2012

GAZETA DO POVO

# Abuso sexual é 2.<sup>a</sup> maior violência contra crianças

Do total de casos de violência registrados em 2011, 36% se referiam a negligência e abandono, enquanto 35% eram de abuso sexual

Um levantamento do Ministério da Saúde aponta que o abuso sexual é o segundo tipo de violência mais frequente entre crianças com menos de 10 anos em todo o país. Os dados preliminares são do sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva).

Em 2011, foram registradas 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças entre 1 e 9 anos. Do total, 36% eram ocorrências de negligência e abandono, enquanto 35% eram de violência sexual.

O estudo ainda mostra que a violência sexual permanece em segundo lugar entre crianças de 10 a 14 anos. Esse tipo de abuso representa 10,5% das ocorrências, ficando atrás apenas da violência física, com 13,3%. Entre os adolescentes de 15 a 19 anos, 28,3% das ocor-

rências são de violência física, 7,6% de violência psicológica e 5,2% de violência sexual.

A maior parte das agressões ocorreram na residência da criança (64,5%). Em relação ao meio utilizado, 22,2% dos agressores usaram a força corporal ou o espancamento. Em 45,6% dos casos o provável autor da violência era do sexo masculino.

Grande parte dos agressores são pais e outros familiares, ou alguém do convívio muito próximo da criança e do adolescente, como amigos e vizinhos, segundo o levantamento. A pesquisa utiliza dados fornecidos a partir de notificações de profissionais da saúde.

## Xuxa

Em entrevista ao "Fantástico" no domingo, a apresentadora Xuxa, 49 anos, revelou que foi vítima de violência sexual até os 13 anos. Ela citou que foi abusada por ao menos três pessoas, mas não disse os nomes. Xuxa ainda contou que a violência ocorreu na infância e na adolescência, especificando apenas a idade em que sofreu o último abuso.

Os abusos, contou a apresentadora, foram cometidos por pessoas ligadas ao seu meio familiar. Um dos agressores, disse, era namorado de

seu avó. O outro, o melhor amigo de seu pai. "Que queria ser meu padrinho", declarou. Ela citou ainda um professor. "Não foi uma pessoa, foram várias, em momentos diferentes."

## COMISSÃO

### CPI sobre exploração sexual de crianças quer ouvir Xuxa

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes vai votar na próxima terça-feira requerimento para ouvir a apresentadora de televisão Xuxa Meneghel. O deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), autor do pedido, argumentou que a apresentadora prestou um testemunho impactante e que a presença dela na CPI será uma contribuição importante para a comissão.

Xuxa revelou ter sido abusada sexualmente "várias vezes" e que não contou aos seus pais por medo. Ela apontou o "melhor amigo" do pai e o namorado da avó como dois dos responsáveis pelo abuso. Xuxa também citou um professor. Ele teria dito que ninguém acreditaria na palavra da apresentadora, então uma criança, caso ela resolvesse revelar o abuso.

**CONTINUA**

# 23 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

O depoimento da apresentadora foi feito quando ela falava sobre seu trabalho com as crianças. "Eu fui abusada. Eu sei o que é, o que uma criança sente. A gente sente vergonha, a gente não quer falar sobre isso, acha que a gente é culpada", disse a apresentadora.

# Richa sai de férias em meio à crise na segurança

Beto partiu ontem com a mulher e amigos para uma viagem à Espanha. Ele ficará 15 dias fora do governo

*Sandro Moser*

O governador Beto Richa (PSDB) entrou em férias ontem à noite e já seguiu viagem para a Espanha com a mulher e secretária estadual, Fernanda Richa, além de amigos. O governador ficará fora pelos próximos 15 dias. Só deve retornar ao Palácio Iguaçú no próximo dia 5 de junho. Richa enviou ontem uma mensagem à Assembleia Legislativa informando a viagem para “tratar de assuntos particulares, sem custos para o estado”.

O comunicado de férias do governador ocorreu dois dias depois que a série de reportagens “Polícia Fora da Lei”, da Gazeta do Povo, mostrou irregularidades na distribuição de verbas do Fundo Rotativo da Polícia Civil. As reportagens mostraram que nos últimos oito anos foram destinados recursos do fundo para delegacias que não operavam mais. A denúncia deflagrou uma crise na área da segurança no estado.

Durante as férias de Richa, o vice-governador Flávio Arns (PSDB) se licencia do posto de secretário da Educação e assume a chefia do Poder Executivo. A Arns caberá administrar o desdobramento da crise instalada na Polícia Civil.

Ontem, o líder do governo na Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), disse que a viagem do governador já estava marcada há tempos e não vai interferir na crise da Polícia Civil. “As medidas já foram tomadas, inclusive com o estabelecimento de prazos. Tudo será investigado para apurar responsabilidades e punir culpados. Se for necessário, cabeças vão rolar”, disse.

Para o professor de ciência política da Universidade Federal do Paraná Ricardo Costa de Oliveira, o momento escolhido pelo governador para sair de férias é inadequado. “No meio de uma crise não convém que o comandante abandone o barco”, disse. Ele ainda ressaltou que o mês escolhido para as férias não coincide com o do recesso parlamentar, o que tornaria o momento ainda mais inconveniente.

Para Oliveira, a gestão da segurança tem sido o ponto negativo do mandato do governador. Ele cita três casos graves ocorridos na área durante este período: o afastamento do ex-comandante-geral da PM coronel Marcos Scheremetta por suspeita de envolvimento com contra-

ventores; a ação de um grupo de policiais civis rebeldes que “estouraram” um cassino clandestino no bairro do Parolin; e a recente revelação das irregularidades no Fundo Rotativo da Polícia Civil “A sede abandonada da delegacia de Guaraqueçaba virou o símbolo da má imagem que a área de segurança merece dos olhos da população”, disse.

## Cancun

Esta é a segunda licença que Richa tira durante seu mandato. Em julho do ano passado, entre os dias 14 e 27, o governador e Fernanda Richa viajaram ao balneário de Cancun, no México. Na viagem, eles celebraram o casamento de um familiar da primeira-dama. Durante sua gestão, Richa também deixou o país em duas viagens oficiais — ambas no ano passado. A primeira foi para a Argentina e a segunda para a Europa.

23 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Defesa pede 2 sessões por semana no mensalão

Advogados dos réus encaminharam pedido a ministros do Supremo para que se evite a fadiga durante o julgamento, com só três sustentações orais

Os advogados do mensalão sugerem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que limite a duas sessões por semana o julgamento dos acusados de envolvimento no maior escândalo político da era Lula. Em petição que denominam “pauta técnica” entregue aos ministros do STF, os principais defensores dos réus da ação penal 470 pleiteiam ainda que sejam realizadas no máximo três sustentações orais por sessão para evitar o cansaço dos próprios magistrados.

O documento chegou às mãos do presidente da corte, ministro Carlos Ayres Britto, segunda-feira à noite. Uma comitiva de juristas, que representam os denunciados, foi recebida pelo ministro. A audiência transcorreu em um clima de cordialidade. Ayres Britto ouviu as ponderações dos advogados, mas não se manifestou pelo acolhimento nem pelo indeferimento da pauta proposta. Apenas disse que iria repassar as sugestões aos outros ministros. O ex-ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, participou da reunião. “São sugestões, são sugestões”, afirmou Thomaz Bastos, que estava acompanhado de outros criminalistas, como Arnaldo Malheiros Filho, defensor do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

A ideia do encontro com o presidente da corte máxima foi dada pelo criminalista Antonio Claudio Mariz de Oliveira. Na semana passada ele foi ao STF entregar a três ministros o memorial – peça com os argumentos finais da defesa.

Mariz convenceu-se da importância de levar ao Supremo reivindicações da classe. “Somos protagonistas indispensáveis do

processo, sem defesa não há julgamento”, argumenta o advogado. “É preciso que o STF leve em consideração as nossas preocupações acerca da forma como será realizado o julgamento.”

Os advogados sugerem agendamento do julgamento numa “ordem normal dos processos do tribunal, para não haver procedimento de exceção” – evitando, assim, que o processo Mensalão passe à frente de outras demandas. Eles pedem, ainda, intimação de pauta com pelo menos 30 dias de antecedência.

“As reivindicações são absolutamente razoáveis, de ordem técnica, que tem por objetivo dar um andamento normal ao julgamento do Mensalão e sem prejuízo dos demais processos que poderão também ser julgados pelo STF”, assevera Mariz de Oliveira.

Ele avalia que tais medidas, se acolhidas, poderão “evitar a paralisação do Supremo em razão de um único caso”. “Não queremos protelar, todos os jurisdicionados devem receber o mesmo tratamento por parte do Poder Judiciário. Todas as reivindicações têm caráter eminentemente técnico processual. Visam exclusivamente o exercício normal do direito de defesa.”

# O ESTADO DE S. PAULO

## Operação do MP 23 MAI 2012

### combate fraudes no

# Legislativo do Amapá

Ação visa a desmontar esquema de desvio de verbas, favorecimento e nepotismo que seria promovido por deputados

O Ministério Público do Amapá, em conjunto com a Polícia Civil, deflagrou na manhã de ontem, em Macapá, a Operação Eclésia, visando a desmontar um esquema de fraudes, desvio de verbas públicas, favorecimento de empresas e nepotismo na Assembleia Legislativa do Estado.

Dezenove mandados de busca e apreensão foram cumpridos em empresas que têm ligações com a Assembleia. Há indícios de que elas seriam de deputados, embora o nome deles não apareça nos contratos sociais.

Os policiais apreenderam documentos e computadores nas residências do presidente da Assembleia, Moisés Souza (PSC), e do deputado Edinho Duarte (PP). As sedes das empresas e os gabinetes dos deputados também foram vistoriados.

O MPE suspeita que houve irregularidades na locação de um prédio para a Casa. O imóvel pertence ao deputado Eider Pena (PSD). Há também indícios de irregularidade na locação de veículos.

O Ministério Público já havia pedido à Assembleia uma série de documentos, como prestação de contas da verba indenizatória dos deputados – que era de R\$ 100 mil e mês passado foi reduzida para R\$ 50 mil –, comprovantes de pagamentos de diárias, cópias de contratos, entre outros. Como a Assembleia se recusou a fornecê-los, o MPE recorreu ao Poder Judiciário para que pudesse fazer a busca e apreensão desses papéis.

#### • Dados

# 19

foi a quantidade de mandatos de busca e apreensão cumpridos pela Operação Eclésia

# 24

é o número de deputados estaduais do Amapá

Nas investigações que vem fazendo, o MPE encontrou indícios de irregularidade em vários contratos. Um deles com uma cooperativa de transportes que no passado teria recebido da Assembleia mais de R\$ 3 milhões referentes a aluguel de veículos. De acordo com o órgão, o pagamento era feito a um funcionário da Casa que sacava o dinheiro direto da boca do caixa. Há suspeita que a empresa pertença a um deputado e o servidor seja testa de ferro.

**'Escárnio'.** O imbróglio entre Assembleia Legislativa e Ministério Público já dura cerca de três meses e começou quando o promotor Adauto Barbosa disse, em entrevista, que a verba indenizatória de R\$ 100 mil era “um escárnio” e que o objetivo não era outro “senão aquele de atender aos interesses eleitores e pessoais dos parlamentares”.

Os deputados entenderam as declarações de Barbosa como calúnia, injúria e difamação. Cada parlamentar ofertou uma queixa-crime no Tribunal de Justiça do Estado. Eles também acusam o MPE de realizar Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que favorecem a empresa do marido da procuradora-geral, Ivana Cei.

Para o presidente da Casa, Moisés Souza, a operação de ontem foi uma represália do Ministério Público e do governo do Estado por causa das CPIs da Saúde e da Previdência que estão em andamento e das investigações sobre os TACs. Ontem, a Assembleia aprovou a criação da CPI do MP, mas Souza garantiu não se tratar de “retaliação”.



# O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça mantém

# apuração contra Aref

Ex-diretor da Prefeitura havia pedido anulação da investigação sobre enriquecimento ilícito; em sete anos, ele adquiriu 125 apartamentos

A juíza Maricy Naraldi, da 14.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, negou ontem o pedido da defesa de Hussain Aref Saab, de 68 anos, para anular a investigação movida pela Corregedoria do Município de São Paulo contra seu cliente. Aref é suspeito de enriquecimento ilícito. Durante sete anos, enquanto esteve à frente da aprovação dos principais empreendimentos da capital, Aref e sua empresa SB4 Patrimonial adquiriram 125 imóveis.

Ele e outros quatro funcionários da Secretaria Municipal da Habitação estão sob investigação do órgão da Prefeitura e do Ministério Público Estadual.

O mandado de segurança impetrado pelos advogados Sebastião Boto de Barros e Sérgio Rabello Tann Renault argumentava que uma denúncia anônima não pode ter validade jurídica. Os advogados pediam a anulação de todos os depoimentos prestados à Corregedoria e a falta de validade dos documentos apreendidos no departamento que era comandado por Aref.

A juíza considerou válida a denúncia anônima e manteve o andamento da investigação. “A denúncia anônima é admitida em nosso ordenamento jurídico, sendo considerada apta a deflagrar procedimentos de averiguação. Eventual nulidade do processo administrativo exige a respectiva comprovação do prejuízo sofrido, o que não restou configurado”, escreveu a juíza. Os advogados pretendem apresentar um novo pedido de anulação.

**Defesa.** Além de contar com uma equipe especializada em Direito Administrativo, Aref também contratou o escritório de advocacia do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos para fazer sua defesa na área criminal. Oficialmente, apesar de investigado, o ex-diretor pediu exoneração por problemas de saúde.

Aref é suspeito de ter feito manobras ilegais dentro da Diretoria de Aprovações (Aprov) da Prefeitura para permitir que empreendimentos fossem construídos em áreas onde o zoneamento não permitia. Nos Jardins, por exemplo, área nobre da zona sul, duas torres conseguiram, com pareceres favoráveis da equipe de Aref, fechar em 2008 uma via pública que deveria permanecer aberta, segundo determinação da Procuradoria do Município. O caso foi revelado pelo Estado no sábado.

**Depoimentos.** A oposição na Câmara tenta hoje convocar Aref para depor sobre as denúncias de enriquecimento ilícito. O pedido será feito na Comissão de Finanças pelo vereador Antonio Donato (PT), mas a base do prefeito Gilberto Kassab (PSD) pretende esvaziar a sessão.

Diretores da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) estarão presentes na sessão da comissão para prestar depoimentos sobre a polêmica liberação do Shopping JK, exigida por Kassab na semana passada.

## 23 MAI 2012

### Oscar Maroni diz que foi achacado

● O empresário Oscar Maroni acusou ontem no Ministério Público Estadual o ex-diretor da Prefeitura Hussain Aref Saab de pedir R\$ 170 mil para regularizar seu hotel em Moema, na zona sul de São Paulo. Maroni falou por quatro horas aos promotores Silvio Marques e Iuri Castiglione, mas não apresentou provas.

O pedido de suborno teria sido feito em 2010, segundo Maroni. O empresário havia procurado a reportagem do Estado na semana passada com a mesma denúncia, mas também sem provas. “Ele ficou de conseguir mais documentos”, disse Marques.

A defesa de Aref negou a acusação.

23 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Ex-cabeleireira perde direito à metade da herança do milionário da Mega-Sena

A 5.<sup>a</sup> Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu ontem, por unanimidade, rejeitar pedido da ex-cabeleireira Adriana Ferreira Almeida para que fosse reconhecida sua suposta união estável com Renê Sena, o milionário da Mega-Sena assassinado em janeiro de 2007 em Rio Bonito (RJ). Com a ação, Adriana pretendia garantir o direito a 50% da herança, avaliada em R\$ 100 milhões. Os outros 50% são da filha única do ex-lavrador, Renata Sena.

Acusada pelo Ministério Público de ter encomendado a morte de Renê, Adriana foi absolvida em 2011 pelo Tribunal do Júri de Rio Bonito. Se tivesse sido condenada, perderia automaticamente o direito à herança e Renata ficaria com tudo.

### JUSTIÇA

#### Ação proíbe envio de modelos ao exterior

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão protocolou segunda-feira na Justiça de São Paulo ação que impede duas agências de modelos – uma de Minas e outra do interior paulista – de enviar brasileiras ao exterior.

As agências mandaram três modelos à Índia, em 2010. As três foram resgatadas após passar quase dois meses em cárcere privado, segundo a Procuradoria da República em São Paulo.

23 MAI 2012

**METRO**

**Richa apoia  
indicação  
de Kukina**

O governador Beto Richa enviou ofício à presidente Dilma Rousseff manifestando apoio à indicação do procurador de Justiça do Paraná, Sérgio Luiz Kukina, para ocupar a vaga aberta no Superior Tribunal de Justiça. Richa destaca a formação de Kukina e sua trajetória profissional. ● METRO CURITIBA

23 MAI 2012

METRO

## Mais um é condenado por Strobel

Mais um ex-funcionário da Centronic foi condenado pelo assassinato de Bruno Strobel, em 2007. Eliandro Luiz Marconcini foi o terceiro julgado e vai cumprir uma pena de 12 anos e 11 meses. ● METRO CURITIBA

COMPUTADOR DO BATALHÃO

## Tenente é acusado de pedofilia

Um tenente do 13º Batalhão foi afastado ontem, suspeito de trocar imagens pornográficas de crianças usando os computadores da própria Polícia Militar.

Segundo informou o coronel Ademar Cunha Sobrinho, chefe do 1º Comando Regional da PM (CMPR) foram os colegas que flagraram, há cerca de 15 dias, as imagens de crianças em seu computador.

Ele vinha sendo investigado com a ajuda da Polícia Federal, que recolheu alguns computadores em duas sedes da PM para serem periciados.

O tenente não teve o seu nome divulgado, e apresentou um atestado médico para não comparecer ao trabalho ontem. Segundo Sobrinho, caso o crime seja comprovado, ele deve ser expulso da corporação e ser julgado como civil.

METRO 23 MAI 2012

# Abuso é a 2ª causa de violência infantil

O abuso sexual é o segundo tipo de violência que mais afeta crianças de até 9 anos, perdendo apenas para as notificações de negligência e abandono. A informação é de um levantamento divulgado ontem pelo Ministério da Saúde.

De acordo com os dados do sistema Viva (Vigilância de Violências e Acidentes), no ano passado, 35% das 14,6 mil notificações de violência contra crianças estavam ligadas ao abuso sexual de vítimas de 0 a 9 anos. A negligência e o abandono representaram 36% dos casos.

Os números apontam que a violência sexual também ocupa o segundo lugar na faixa etária de 10 a 14 anos, com 10,5% das notificações, ficando atrás apenas da violência física (13,3%).

Segundo o ministério, a maior parte das agressões ocorre na residência da vítima - 64,5% - e os principais agressores são pais, outros familiares ou alguém de convívio próximo como amigos e vizinhos.

Para Deborah Malta, do Ministério da Saúde, as denúncias são fundamentais para acabar com esta realidade. "Todos os dias milhares de crianças e adolescentes sofrem algum tipo de abuso. A denúncia é um importante meio de dar visibilidade e, ao mesmo tempo, oportunizar a criação de mecanismos de prevenção e proteção", afirmou.

## 64,5

é a porcentagem do número de casos em que o abuso sexual aconteceu na residência da criança.

Segundo dados da ONG Childhood Brasil, o número de salas especiais para ouvir crianças vítimas de abuso sexual ainda é muito baixo no país. São pouco mais de 70 instalações para atender os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal.

Elas são importantes para diminuir o trauma das crianças e adolescentes que precisam prestar depoimento em processos judiciais sobre abuso sexual.

De acordo com a ONG, Estados importantes como Minas Gerais e Rio de Janeiro ainda não possuem nenhuma sala.

A apresentadora Xuxa Meneghel revelou antontem ao programa Fantástico que foi vítima de abusos sexuais diversas vezes até os 13 anos de idade.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Sentença

# Júri absolve mãe

23 MAI 2012

Juiz isenta mulher de culpa pela morte do filho e derruba argumento de espancamento sugerido pela Delegacia de Homicídio, que prendeu a suspeita

**M**aria Marciana de Souza Braz, 36 anos, perdeu o filho em um acidente doméstico e passou 18 dias na cadeia, acusada de matá-lo. Ela foi chamada de assassina pelos vizinhos e aguardou mais de um ano por uma decisão da Justiça. Há duas semanas, sua absolvição foi publicada no Diário do Tribunal de Justiça do Paraná.

Jhonatan de Souza do Alto, 17 anos, passou a tarde e a noite de 7 de abril do ano passado bebendo com amigos. Um professor da escola em que o garoto estudava percebeu que ele foi à aula bêbado e chamou Marciana para buscá-lo. Em depoimento, ela afirmou que bateu no garoto e ele, tentando fugir do "corretivo", correu pelo quintal de casa. O adolescente tentou pular o portão, mas escorregou, bateu o queixo em uma das barras de ferro e caiu. Marciana o atendeu, colocou-o para dormir e, horas depois, percebeu que Jhonatan estava morto.

### Pau

A Delegacia de Homicídios optou por prendê-la, depois de recolher um pedaço de madeira dentro da casa, que suspeitava-se ter sido usado no "corretivo". O delegado Maurílio Alves, na época, afirmou que o laudo de necropsia encontrou marcas de mordidas e pancadas no corpo do rapaz. A denúncia contra Maria dizia que ela bateu no

garoto com o pedaço de madeira até causar a morte do filho, e que ela deu banho no menino para "induzir a erro o júri", alegando que ela alterou a cena do crime para dizer que a vítima morreu dormindo.

### Conclusão

Na sentença, o juiz Daniel Ribeiro Surdi de Avelar concluiu que a morte foi causada por "culpa exclusiva da vítima". As marcas de violência apontadas pelo delegado não foram citadas pelo médico-legista. Nas audiências, ele declarou que a morte de Jhonatan foi causada porque o trauma que o garoto teve no pescoço, quando bateu o queixo no portão de casa, causou hemorragia interna.

A perícia comprovou que os ferimentos que o menino tinha não eram compatíveis com o pedaço de madeira apreendido. Nove testemunhas foram ouvidas e nenhuma delas relatou presenciar qualquer agressão de Maria a seu filho.

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça adia julgamento de recurso do coronel Ustra

Ex-chefe do DOI-Codi foi responsabilizado em 2008 por torturas no regime militar

O Tribunal de Justiça de São Paulo adiou ontem o julgamento de recurso do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra contra decisão de primeira instância que o responsabilizou, em 2008, por torturas a presos políticos na ditadura militar.

O desembargador Rui Cascaldi tomou a decisão depois de ouvir o advogado da família Teles, que acusa o oficial de maus-tratos. Não há data para a retomada do caso.

Três adultos e duas crianças da família passaram pelo DOI-Codi paulista em 1973. Ustra chefiava a unidade. “Ele presenciava tudo e mandava bater”, disse o gráfico aposentado César Teles, 67, que acompanhou a sessão.

No processo, os Teles não pediram qualquer indenização ou punição ao coronel. Querem apenas que ele seja declarado responsável pela prática de tortura.

O advogado da família, Fábio Konder Comparato, disse que Ustra é “o mais notório torturador do regime militar”.

“Ele, tendo dirigido a mais sinistra masmorra do regime, diz que nunca teve conhecimento de torturas, sendo que é público e notório que mais de 40 presos morreram lá.”

Ustra e seu advogado, Paulo Esteves, não compareceram ao tribunal. No recurso, eles argumentam que o militar foi beneficiado pela Lei da Anistia, de 1979, e negam sua participação em torturas. O coronel não quis se manifestar.

23 MAI 2012



# FOLHA DE S. PAULO

## **Violência sexual é a 2ª mais cometida na infância**

23 MAI 2012

Número é referente a crianças de até 9 anos

O abuso sexual é a segunda violência mais cometida contra crianças de até 9 anos, perdendo apenas para negligência e abandono, segundo dados do Ministério da Saúde divulgados ontem.

Em 2011, as notificações por violência sexual responderam por 35% do total nessa faixa etária no país, enquanto as denúncias de negligência e abandono ficaram um pouco acima, em 36%. Em terceiro lugar vieram as denúncias por agressão física, com 12,4%.

Os dados são do Viva (Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes), que reúne informações de todos os estabelecimentos de saúde no Brasil. Desde o ano passado, a notificação passou a ser obrigatória e qualquer caso de violência, suspeito ou confirmado, deve ser informado pelos profissionais de saúde.

O governo fez a divulgação após entrevista dada pela apresentadora Xuxa, no domingo, em que ela revelou ter sofrido abuso durante a infância e adolescência.

Na faixa que vai de 10 a 14 anos, a violência sexual também ficou em segundo lugar, com 10,5%. As agressões físicas ficaram em primeiro (13,3%) e a violência psicológica em terceiro, com 7,5%.

Em 2011, foram 39.281 notificações de violência contra crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos em todo o país. Cerca de 26,5%, ou 10.425, reportaram violência sexual.

23 MAI 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## ONG é acusada de cobrar para livrar preso de pena

Mães da Sé teria exigido R\$ 100 de condenado a cumprir serviço comunitário

**Presidente da ONG foi denunciada à Justiça; preso pagou e disse que recebeu a ficha de presença assinada**

A Mães da Sé, uma ONG conhecida nacionalmente por auxiliar a polícia a encontrar pessoas desaparecidas, é acusada de cobrar R\$ 100 de um condenado para livrá-lo de cumprir pena de prestação de serviço comunitário.

Na semana passada, o Ministério Público denunciou (acusou formalmente) à Justiça a presidente da ONG, Ivanise Esperidião da Silva Costa, por falsidade ideológica.

O motivo foi que, segundo a investigação, Ivanise liberou um condenado de prestar 28 horas de serviço comunitário na ONG desde que pagasse R\$ 100.

O condenado, o carpinteiro Francisco Leite, 61, pagou, pegou sua ficha de presença assinada indevidamente e a entregou ao seu advogado, que denunciou a ONG para a SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) e ao Ministério Público.

Leite foi detido em 2004 por porte ilegal de arma. Segundo a versão dele, a arma

seria doada na Campanha do Desarmamento. Ficou cinco dias preso e, em 2007, foi condenado pela Justiça a prestar o serviço comunitário.

“O juiz entendeu que meu erro não foi grave. Mas quando fui cumprir a pena fizeram uma coisa errada comigo”, disse o carpinteiro.

Após denunciar o caso, ele prestou o serviço em uma outra instituição. No processo, Ivanise negou a fraude (leia texto ao lado).

### OUTROS CASOS

Segundo o promotor Roberto Livianu, autor da denúncia judicial, o objetivo da acusação é tentar descobrir se outras ONGs também estão fraudando esses documentos e liberando os condenados por penas leves a prestar o serviço como deveriam.

“Nunca se falou sobre essa fiscalização. Se houver outros casos, seria algo grave”, afirmou Livianu.

Desde 2005, a Mães da Sé já recebeu 50 condenados à prestação de serviço encaminhados pela SAP. Hoje, dois estão atuando na entidade.

“Foi a primeira vez que tivemos uma denúncia sobre essa fraude e estamos acompanhando o caso na Justiça. Se for constatada a irregularidade, vamos descredenciar a ONG”, disse o coordenador de reintegração social da SAP, Mauro Rogério Bitencourt.

Podem prestar serviço comunitário réus primários condenados por crime sem grave ameaça à vítima, cuja a pena seja no máximo de quatro anos. Em São Paulo, conforme a SAP, 14.527 pessoas estão cumprindo esse tipo de pena em 2.000 entidades, sendo 634 ONGs.

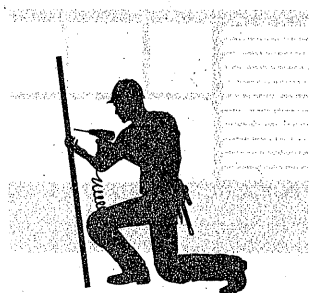
Entre os condenados estão estudantes que fazem serviço administrativo, delegados que dão palestras, e pedreiros que ajudam em reformas.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**ENTENDA O CASO** Condenado a prestar serviço comunitário denuncia ONG por cobrança



**1** Um carpinteiro de São Paulo foi condenado a prestar 28 horas de serviços comunitários na ONG Mães da Sé por porte ilegal de arma



**2** Lá, em vez de cumprir a pena, o carpinteiro diz que foi orientado a pagar R\$ 100 para que fosse liberado do serviço



**3** Após o pagamento, ele procurou seu advogado, que denunciou o caso ao Ministério Público. Depois, prestou serviço em outra ONG

### OUTRO LADO

À polícia a ONG afirma que jamais pediu pagamento pela prestação de serviço comunitário

**2**

condenados prestam serviço hoje na Mães da Sé

**50**

pessoas já prestaram serviço na Mães da Sé desde 2005

# 23 MAI 2012

## Acusada afirma que não pediu dinheiro a preso

Ivanise Esperidião da Silva Costa, a presidente da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida, nome oficial da ONG Mães da Sé, não quis conceder entrevista à **Folha**.

Procurada na sede da instituição, na região central de São Paulo, Ivanise e a advogada dela, Cléo Dumas, disseram que não se manifestariam porque não tiveram acesso à denúncia judicial.

No processo, quando foi ouvida pela polícia, Ivanise disse que não pediu o pagamento de R\$ 100 ao condenado. "As pessoas, ao verem a situação de quem procura a associação, acabam doando espontaneamente", afirmou ela aos investigadores. /

### ABC DA PENA ALTERNATIVA

#### QUAIS SÃO AS PENAS ALTERNATIVAS

- > Prestação de serviços à comunidade
- > Interdição temporária de direitos
- > Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo
- > Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo
- > Proibição de frequentar determinados lugares;
- > Limitação de fim de semana ou horários específicos
- > Ressarcimento financeiro em favor da vítima ou entidade social
- > Perda de bens e valores, entre outros

#### QUEM PODE CUMPRIR PENA ALTERNATIVA



Os condenados à pena de no máximo quatro anos



Os que cometeram crime sem violência ou grave ameaça à pessoa



Os que não tenham reincidido em crime doloso (intencional)

**14.527**

pessoas prestam serviços à comunidade em São Paulo como pena alternativa

**634**

ONGs estão credenciadas para receber condenados à prestação de serviço comunitário

A prestação de serviços costuma levar em conta a profissão do condenado –um advogado pode dar palestras e um marceneiro pode trabalhar com fabricação de móveis

23 MAI 2012

# JORNAL DO ESTADO

## Abuso sexual

A violência sexual em crianças de 0 a 9 anos é o segundo maior tipo de violência mais característico nessa faixa etária, ficando pouco atrás apenas para as notificações de negligência e abandono. A conclusão é de um levantamento inédito do Ministério da Saúde, que, em 2011, registrou 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de dez anos. A violência sexual contra crianças até os 9 anos representa 35% das notificações.

# CONJUR

## Mulher espionada no banheiro deve se indenizada

23 MAI 2012

Por Rogério Barbosa

Uma mulher que foi espionada por um homem dentro do banheiro do hipermercado Extra deverá ser indenizada tanto pelo estabelecimento quanto pelo espião. O homem que nega os fatos afirma que entrou no banheiro errado porque estava com diarreia e mal-estar e que “é um absurdo ser condenado por ter usado o banheiro feminino num ato de desespero”. A 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo entendeu que a justificativa dele não convence, já que havia uma nítida divisória entre os banheiros masculino e feminino.

A cliente do supermercado ajuizou a ação de danos morais porque, ao usar o banheiro do estabelecimento, percebeu que era observada por alguém que estava na cabine ao lado. Além de exigir compensação por danos morais do homem que a teria espionado, requereu também a condenação do Extra, já que havia um buraco na divisória das cabines do banheiro, o que teria facilitado à ação do espião. Ainda de acordo com a queixa da cliente, os seguranças demoraram a atender a ocorrência e, ao chegar, a destratarem. Segundo ela, a mandaram calar a boca.

O homem acusado nega que tenha espionado a mulher que estava na cabine ao lado. Pelo contrário. Afirma que foi ela quem o espionou para saber quem estava na cabine ao lado. Alegou que entrou no banheiro errado porque estava passando mal. Alegou também que o buraco entre as cabines já existia e que o fato de ter se deparado com a mulher no banheiro não gera o dever de indenizar. “É absurdo ser condenado por ter usado o banheiro feminino num ato de desespero, motivado por força maior e caso fortuito”, afirmou.

Já o Extra afirma que existe uma nítida separação entre os banheiros feminino e masculino. Assim, a culpa era exclusiva do homem que agiu com dolo. Também se defendeu alegando que, embora mantenha vigilância no local, não vigia quem entra e sai de cada um dos banheiros, uma vez que não é um risco que se espera da atividade desenvolvida. Por fim, alegou que não havia prova de que o pequeno orifício na divisória entre as cabines do sanitário é anterior aos fatos e que acredita que o buraco foi aberto pelo espião. Também negou que seus funcionários tenham tratado a mulher de forma inadequada.

Para o relator do caso, desembargador Antonio Vilenilson, a alegação de que o homem entrou no banheiro feminino enganado porque estava com diarreia e mal-estar não convence. “Vê-se da foto que a separação dos banheiros é nítida. Além disso, o banheiro masculino está ao lado do feminino e não custaria nada a Ismael usar o banheiro correto”. Para o relator, tudo leva a crer que o homem agiu dolosamente ao entrar no banheiro feminino, com o intuitivo propósito de espionar.

Para Vilenilson, a conduta do homem foi humilhante, desrespeitosa e lesou a intimidade e privacidade da mulher, o que caracteriza o dano moral indenizável. Além disso, ela também faz jus ao recebimento de indenização do Extra, que este não impediu a entrada do homem no banheiro feminino.

**CONTINUA**

# CONJUR

CONTINUAÇÃO

## 23 MAI 2012

Sobre a alegação do Extra que não havia provas quanto ao momento em que foi feito o buraco entre as divisórias, o desembargador ressaltou que o Instituto de Criminalística esclareceu que o orifício na divisória entre os boxes foi feito por broca e é utilizado para fixar suporte de papel higiênico, o que afasta a tese de que foi o homem quem fez o buraco.

Após ouvir testemunhas que confirmaram que funcionários do estabelecimento foram desrespeitosos com a mulher, o relator ratificou a decisão de primeiro grau que condenou o Extra ao pagamento de R\$ 7,6 mil, “por sua conduta culposa e pelo tratamento desrespeitoso que dispensou à autora”. A indenização a ser paga pelo homem foi fixada em R\$ 3,8 mil.